

O DESAFIO

A AUTORREFORMA DO PSB E O
PROJETO CIVILIZATÓRIO PARA O BRASIL



CARLOS SIQUEIRA

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO



Temos de pensar mais alto, mais além, se quisermos uma sociedade civilizada, com homens e mulheres livres, vivendo uma democracia plena, com direitos sociais reconhecidos.

Nós socialistas, em função de nossos compromissos com a civilização e a democracia, temos que lutar por uma cultura da utopia, a cultura daqueles que sempre querem mais, com uma visão de democracia como um sistema de mudanças sem fim, pois a democracia é sempre incompleta. É a utopia que nos move em direção ao progresso e à civilização.

CARLOS SIQUEIRA

PRESIDENTE NACIONAL DO PSB

APRESENTAÇÃO

O presente documento foi elaborado com a finalidade específica de detalhar, ao máximo, a proposta de atualização programática e renovação partidária do PSB, intitulada Autorreforma.

Ele se dirige, em um primeiro momento, aos membros do Diretório Nacional do partido, que se reúnem em Brasília, nos dias 30 e 31 de agosto de 2019, nos termos do Edital de Convocação, publicado no Diário Oficial da União em 14/08/2019.

A publicação não encerra sua trajetória neste evento, contudo. Na sequência das reuniões da Comissão Executiva Nacional (06/06/2019) e do próprio Diretório Nacional (08/07/2019) – em que a Autorreforma foi inicialmente apresentada pelo presidente nacional, Carlos Siqueira – ocorre agora um esforço amplo de detalhamento desta plataforma política do PSB.

Nesta linha, o documento discorre sobre o diagnóstico político, econômico e social que leva à compreensão da necessidade histórica da autorreformulação do sistema político brasileiro – que o PSB antecipa com sua Autorreforma.

Aborda a metodologia com a qual a Autorreforma se processará, que compreende ao longo do processo uma intensa participação de dirigentes, militantes e sociedade civil em geral.

Apresenta os três grupos temáticos constituídos pela Presidência do partido, para instrumentalizar a Autorreforma: GT de Comunicação, GT de Relações Internacionais e GT de Sistematização das minutas de Manifesto e Programa Partidário.

Observe-se que Autorreforma é um processo com várias ramificações e de longo prazo, mas que vai se materializan-

do à medida que se realiza. A atualização do Manifesto e Programa é, nesses termos, um de seus elementos fundamentais. Neste tópico está inserido o temário da Autorreforma, que deve contribuir de maneira decisiva para a atualização programática do PSB, contribuindo para que o partido se aproxime das demandas da sociedade civil, tornando-se mais contemporâneo a seu próprio tempo.

A publicação aponta, ainda, os marcos fundamentais do processo, em que se destacam a presente reunião do Diretório Nacional, a Conferência Nacional do PSB, a ocorrer em 27, 28 e 29 de novembro, na cidade do Rio de Janeiro, a consulta pública, que perdurará entre dezembro de 2019 e março de 2021, quando se realizará o XV Congresso Nacional do PSB, que apreciará em caráter terminativo a atualização do Manifesto e Programa do PSB.

Vale destacar, por fim, que como todo processo genuinamente democrático, a Autorreforma do PSB é um processo aberto, que se processa e corrige, em sua própria efetuação. Nesse sentido, contamos com a contribuição valorosa de todos os filiados do PSB e de seus simpatizantes, porque a causa do socialismo democrático, por fundamento, é inclusiva e acolhedora, especialmente na difícil tarefa da reflexão e prática política em meio à diversidade de ideias e perspectivas.

Carlos Siqueira
Presidente nacional do PSB

POR QUE FAZER UMA AUTORREFORMA?

O processo de autorreforma dos partidos políticos é uma necessidade pelo fato de que há uma crise nacional e internacional do sistema político, decorrente de vários fatores. Um deles – e eu acho até o mais importante –, é que, ao longo dos últimos anos, o sistema financeiro e as grandes empresas multinacionais impuseram aos partidos uma agenda que lhes é própria, e que não é a agenda da população, mas sim do que eles chamam “o mercado”.

O sistema financeiro e as multinacionais impuseram aos partidos uma agenda que não é a da população e que só interessa ao “mercado”

E essa agenda distancia os partidos da população. Essa é a principal razão da crise existente nos partidos, em praticamente todas as democracias do ocidente.

Mas há um segundo fator, o da crise da democracia representativa. Atualmente, ela já não é mais suficiente para que o eleitor, o cidadão ou a cidadã, se sintam representados no parlamento nacional. Por esse motivo, as modernas democracias já adotam – e nós devemos fazer o mesmo até porque nossa Constituição assim estabelece – a democracia participativa, onde o cidadão também tem capacidade de participar do processo legislativo ao apresentar um projeto de iniciativa popular. Esse modelo permite que, para as questões essenciais e estratégicas a serem implantadas por qualquer governo, seja reali-

zado um plebiscito ou referendo para aprovação de leis. Isso pode ser feito periodicamente, a depender da agenda estabelecida pelos governos ou parlamentos.

É importante ressaltar que não se trata de negar a democracia representativa. Mas o objetivo é ampliar a participação popular e sua legitimidade junto ao parlamento, com o incentivo à criação de leis por parte da população, como permite a Constituição brasileira.

Esses fatores, agregados à modernização das comunicações – sobretudo a digital, que facilita a participação da população – exigem uma autorreformulação por parte das instituições e partidos políticos, os verdadeiros pilares da democracia.

É fundamental que os eleitores se sintam representados e os partidos políticos abram espaço para aumentar a participação dos militantes e dos cidadãos(ãs)

Dessa forma, eles poderão interferir em decisões partidárias que ainda hoje são restritas à cúpula. A proposta é ampliarmos a democracia interna e a legitimidade, com maior participação da população. Esses são os motivos pelos quais os partidos precisam se refazer, se oxigenar, para adquirir na sociedade maior legitimidade do que eles têm atualmente.

AS ETAPAS DE IMPLEMENTAÇÃO DA AUTORREFORMA

O Partido Socialista Brasileiro (PSB) iniciará sua autorreforma em um processo de ampla discussão com

as bases partidárias e filiados, por meio do debate interno, e também com os setores sociais.

O PSB iniciará sua autorreforma com uma discussão ampla junto às bases partidárias e filiados. O primeiro passo será a realização de uma Conferência Nacional, no Rio de Janeiro nos dias 27, 28 e 29 de novembro

O primeiro passo será a realização de uma Conferência Nacional no Rio de Janeiro, nos dias 27, 28 e 29 de novembro. Na ocasião, vamos apresentar um documento base formulado por especialistas, a partir de pesquisas, estudos e conteúdos acumulados ao longo dos últimos tempos pelo partido e a Fundação João Mangabeira. Após as discussões com as lideranças partidárias e a militância, vamos elaborar uma plataforma política e uma visão estratégica de país com pautas essenciais ao desenvolvimento civilizatório.

A discussão interna no PSB será feita, inicialmente, na conferência do Rio de Janeiro, com a participação de todos os membros do Diretório Nacional, parlamentares das bancadas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, diretores da Fundação João Mangabeira e integrantes do Conselho Curador, representantes da FJM nos estados, e dos seis Segmentos Sociais que compõem o PSB - Mulheres, Negritude, Movimento Popular, LGBT, Sindical, Juventude – que são representados nas Executivas Estaduais, e, principalmente, na Executiva Nacional do PSB.

O documento aprovado no evento será encaminhado às bases do partido, como os diretórios municipais, estaduais, e distribuído aos integrantes da Fundação João Mangabeira em todos os estados. O objetivo é realizar grandes debates em todas as instâncias partidárias, para enriquecer com ideias e propostas o texto discutido durante a conferência.

Esse é um processo de médio prazo, afinal a proposta de autorreforma não é uma mudança cosmética. A ideia é apresentar à sociedade brasileira uma visão de desenvolvimento de país, em vários âmbitos. Logo, é fundamental que todos os filiados ao partido, ou qualquer simpatizante tenha a oportunidade de contribuir, de avaliar e dar sugestões ao texto. Não queremos um documento feito pelas cúpulas partidárias.

Ao final dos debates, o documento será apresentado como pauta única do XV Congresso Nacional do PSB, a ser realizado em março de 2021, quando estará concluído o processo da autorreforma e a mudança profunda e estrutural do partido.

Esse documento também estará disponível para consulta pública, acessível a todos os cidadãos, independente de filiação partidária. Será criado um site sobre a autorreforma onde as pessoas vão poder contribuir com observações, sugestões, e propostas.

AS DIMENSÕES DA AUTORREFORMA

A autorreforma representa uma mudança estrutural do partido, baseada na modernização das estruturas partidárias; na atualização programática e do Manifesto

to do PSB; e em uma maior democratização da participação da militância e de setores que desejam contribuir com o partido.

É fundamental que a população conheça a identidade do partido, a visão de desenvolvimento do PSB, e qual socialismo defendemos

O Manifesto do PSB é de 1947. Mantemos o ideal de luta por uma sociedade igualitária, em que todos têm oportunidade de progredir, independente de classe social. Mas queremos falar a linguagem da contemporaneidade. Essa é a essência da modernização da proposta partidária.

ATUALIZAÇÃO PROGRAMÁTICA E MODERNIZAÇÃO PARTIDÁRIA

A autorreforma tem que estar ligada, sobretudo, à atualização programática do partido, que precisa estar voltado para o desenvolvimento civilizatório do país e aos interesses e direitos da população brasileira.

Essa é a questão central. Precisamos ter clareza programática, político-ideológica e para alcançá-las o PSB deve estar atualizado quanto às demandas do país e da população.

A democratização e a modernização partidária vão exigir mudanças estruturais que permitam à militância ter maior influência nas decisões partidárias, e aos eleitores e simpatizantes um canal viável de participação.

É fundamental que a população conheça a identidade do partido, a visão de desenvolvimento do PSB, e qual socialismo defendemos.

Embora a forma tenha sua importância, o principal é o conteúdo: as pautas que o partido defende; como vemos o desenvolvimento do país; e como contribuir com esse projeto.

Os partidos precisam se tornar mais atraentes para os eleitores, mais modernos, mais democráticos, mais abertos à participação da militância e da população.

ORGANIZAÇÃO INTERNA

Para deslanchar o processo de reestruturação partidária, denominado de autorreforma, foram criados três grupos de trabalho: 1) o de comunicação – sobretudo a digital – para uma melhor interação com militantes e a sociedade, pois é uma área muito importante na relação partido / eleitor, partido / filiado, partido / parlamentares, partido / governantes; 2) o internacional, com tarefas relevantes como o aprofundamento dos estudos em temas contemporâneos nos diversos países, por exemplo, os conflitos, a União Europeia, o Mercosul, e os grandes blocos econômicos; 3) o de sistematização de conteúdos da Conferência, responsável por elaborar o documento que será levado ao evento, em novembro, no Rio de Janeiro, e vai subsidiar as discussões iniciais sobre a nova visão programática do Partido Socialista Brasileiro.

O objetivo do grupo internacional é orientar as decisões do PSB sobre os diferentes aspectos da política

externa. Ele também tem o papel de contribuir, junto ao Secretário de Relações Internacionais, para o fortalecimento das relações com os partidos estrangeiros afins, em termos de interesses recíprocos e de identidade entre as diferentes siglas.

Há muitos comentários sobre o apoio do PSB ao governo da Venezuela. No entanto, nunca nos reunimos com o partido que dirige a Venezuela. Nunca fomos convidados a participar de absolutamente nada – e nem eles – porque não temos identidade com um partido que acaba por impor um sistema autoritário à sociedade.

O PSB é, historicamente, um partido da esquerda democrática. Nasceu em 1947, em defesa do socialismo e da democracia. Jamais compreenderemos um sistema que não tenha democracia como seu rumo essencial. Não há socialismo para nós sem democracia e não há democracia sem socialismo

Essas diferenças, assim como as relações, vão estabelecer as conexões com partidos que tenham finalidades semelhantes ao PSB, como os socialistas latino-americanos do Chile, Uruguai, Equador, Peru, e Argentina. Na Europa, temos boas relações com o PSOE, o Partido Socialista Espanhol, o Partido Socialista Português, que já demonstraram na prática o respeito absoluto à democracia, com propostas claramente socializantes e democratizantes. O PSB se identifica com esse perfil de partidos, e não os de natureza autoritária.

OS TEMAS ESSENCIAIS AO DEBATE

A atualização temática tem que abranger todas as políticas essenciais ao desenvolvimento do Brasil. A principal crise do Brasil é a política. As demais vêm na sua esteira.

Nesse sentido, um tema fundamental para o debate é sobre o sistema político brasileiro. O início do processo de deterioração se deu logo após a Constituinte de 1988. Ele se aprofundou ao longo do tempo, sobretudo pelo financiamento privado das eleições, marcado por uma infinidade de erros, inclusive de natureza ética

Posteriormente, o sistema de financiamento público também levou ao autofinanciamento para reeleger deputados.

Mas, em 2013, a sociedade brasileira já vinha dando sinais muito claros sobre a crise do sistema político, quando milhões de brasileiros e brasileiras foram às ruas e demonstraram claramente o grau de insatisfação com o cenário do país, que teve seu ápice nas eleições de 2018.

A população procurava um nome fora do sistema. Tive a oportunidade de abordar esse tema ainda em abril de 2018, e propus um nome que atendesse esse anseio, o do ministro do Supremo Tribunal federal (STF) Joaquim Barbosa.

Naquele momento, a população não votaria no candidato apenas pelo fato de ele ser conhecido ou de já ser um político importante. A insatisfação com o sistema resultou na renovação política – a meu ver para bem pior. E não houve, por parte do sistema político e das lideranças, a capacidade de se autorrenovar.

Esse é o motivo pelo qual a autorrenovação se impõe como absolutamente necessária. Se não houver uma oxigenação e uma democratização do sistema político, o país poderá seguir um caminho muito grave e inaceitável

Após 2013, o grande marco da necessidade de mudança se deu nas eleições presidenciais e nas eleições gerais. A população fez escolhas que ninguém imaginava. Os critérios não passaram pelo tempo de televisão, pela estrutura e material de campanha, pela representação de um partido importante, ou mesmo pela popularidade de um político conhecido.

Os eleitores escolheram um nome antissistema. A candidatura do ministro Joaquim Barbosa, que tinha esse perfil, não deu certo no âmbito do partido. Mas, como não teve o nome antissistema, fora do sistema, a população optou por um nome que contestava o sistema, como forma de protesto.

O país se encontra em um momento decisivo. Ou fazemos uma reforma profunda e urgente, ou o sistema político vai ruir - se já não ruiu! Precisamos urgentemente de uma autorreformulação

SISTEMA DE GOVERNO

É necessário fazer uma avaliação sobre o presidencialismo no país. A história mostra muitos acidentes de percurso e crises quase sempre traumáticas nesse sistema. Na Conferência Nacional poderemos propor o debate sobre o sistema parlamentarista como alternativa para o Brasil.

Com a reforma política, haverá uma redução no número de partidos, dos mais de 30 de hoje, para sete siglas, no máximo. Essa redução servirá tanto ao presidencialismo, por tornar o sistema partidário mais racional, quanto ao parlamentarismo, regime que soluciona as crises de maneira mais simples, sem agudizar ou criar antagonismos como o registrados recentemente no Brasil, entre eles os impeachment, processo bastante traumático.

No parlamentarismo, um governo sem maioria não persiste. Por consequência, convocam-se eleições antecipadas. Esse é um mecanismo político interessante. Com poucos partidos e uma democracia sólida, o eleitor pode passar a valorizar o voto na hora de escolher os representantes para a Câmara dos Deputados

Atualmente, o cidadão valoriza o voto na escolha do chefe do Poder Executivo, mas subvaloriza o voto para deputados. É possível eleger um presidente de um par-

tido pequeno – como nos anos 90 – ou mesmo de um partido grande – a eleição de Lula – e de outros presidentes, porém sem alcançar maioria no Congresso.

No presidencialismo ou no parlamentarismo, só é possível ter o apoio da maioria caso uma fatia importante do parlamento esteja sintonizada com o programa de governo apresentado pelo candidato, seja pelo primeiro-ministro ou pelo presidente.

Esse cenário só será possível com um número menor de partidos, com identidade clara, programas bem definidos e diferenciados entre si, propostas que indiquem a visão de país de cada sigla. Dessa forma, o eleitor poderá identificar em quem de fato está votando, ao escolher um candidato.

Com a redução no número de partidos, também será possível estudar a possibilidade de adoção do voto distrital misto, um sistema em que 50% dos candidatos se elegem pela via proporcional e 50% no distrito, aproximando parte dos parlamentares da sua base. São sistemas distintos. À exceção dos Estados Unidos, os países democráticos mais vibrantes e modernos adotaram o sistema parlamentarista de governo.

PARTICIPAÇÃO POPULAR

Independente do regime político, é essencial permitir a complementariedade da democracia representativa vigente nos dias atuais, por meio dos instrumentos presentes na Constituição.

Se, por exemplo, houver interesse em privatizar uma grande estatal, estratégica para o país, será necessário

fazer um plebiscito, com prazos para que as diferentes forças políticas e sociais apresentem suas propostas na televisão e travem grandes debates sobre a importância ou não da privatização. Caberá à população a decisão sobre a proposta e o melhor rumo para o país.

Podemos citar outros temas polêmicos como exemplo, entre eles, o aborto. Quer legalizar? Ouça a população! Quer aprovar uma determinada lei que tem impacto nos interesses gerais da população? Ouça a população! Para isso, existe o instrumento do plebiscito e do referendo

No referendo, o parlamento elabora uma lei e propõe o debate junto à população, que pode referendá-la ou não. No caso do plebiscito, é realizada uma consulta à sociedade antes da elaboração da lei. Vale o que for decidido pelo eleitor .

Esses instrumentos são fundamentais para dinamizar e complementar a democracia representativa, de alta intensidade. As questões essenciais do país e de interesse da população estarão em discussão, com o parlamento, a política e a sociedade em comunhão e, portanto, com maior legitimidade.

A QUESTÃO ECONÔMICA

Na visão programática do PSB, um aspecto importante é o tema econômico. Um partido socialista não

pode pensar a economia como algo descolado das políticas sociais e dos interesses da cidadania brasileira. A economia não é um fim em si mesma, ela deve se prestar a desenvolver o país nos seus diferentes aspectos, visando atender o bem-estar da população.

Atualmente, na divulgação de novas medidas econômicas, ninguém se importa com a opinião da população. A única preocupação é com a reação do mercado, se ficou animado ou desanimado, se houve boa receptividade nas bolsas, se o dólar baixou ou subiu

Na verdade, o mais importante é como a população avalia as medidas, quais benefícios elas trarão para o povo. Essa é uma visão global, pois só é possível pensar em políticas sociais se houver uma economia pujante para sustentá-las.

Então, as políticas econômicas devem ser pensadas nesse aspecto, da pujança, do crescimento. Nesse tópico eu sempre enfatizo a questão da competitividade da indústria nacional – que vem caindo fortemente em relação aos serviços, em termos de participação no PIB. Esta é uma tendência mundial. Mesmo assim a economia brasileira não possa se modernizar e tornar competitivas várias áreas nas quais ela não é.

Nada impede o país de agregar valor produzindo, por exemplo, café, cultura na qual temos uma larga tradição. A cafeicultura pode processar o produto bruto e ser uma indústria forte do ponto de vista internacional.

E eu diria isso em relação a vários outros setores em que você pode agregar valor aos produtos. Em uma sociedade verdadeiramente industrial seria necessário reduzir a quantidade de itens importados, modernizando a própria indústria e agregando valor a sua produção, para venda ao mercado doméstico. E para isso deve haver uma política industrial muito clara.

ECONOMIA CRIATIVA

Outro aspecto fundamental é pensar a nova economia, presente há tempos no mundo moderno e mais industrializado dos países civilizados. A economia criativa, por exemplo, será capaz de gerar enorme quantidade de empregos.

Com toda a sabedoria existente na população, é possível dispor de uma política pública que possa valorizar amplamente a economia criativa, uma das bandeiras aprovadas no último Congresso Nacional do PSB.

Essa nova economia traz uma visão mais humanizada em relação às necessidades da população, capaz de pensar nas pessoas antes de pensar em mercados, embora não seja nossa intenção destruir mercado algum. Acreditamos que uma economia pujante requer um mercado financeiro pujante. Porém, o mercado não pode ser a única finalidade da economia

É importante ressaltar que só é possível pensar a nova economia com respeito ao meio ambiente. A Amazônia, por exemplo, pode ser altamente produtiva sem devastar o meio ambiente. E pode ser também altamente competitiva em relação a determinados produtos que somente o Brasil pode produzir. Isso demonstra a importância da economia estar vinculada à ciência, tecnologia e inovação, estimulando a modernização da indústria nacional e a geração de emprego e renda.

O crescimento econômico é essencial. Não há criação de emprego sem uma economia e uma indústria modernas e pujantes. Mas não pode haver crescimento econômico se não há demanda. E a demanda só existe se o cidadão tiver poder aquisitivo para consumir, de preferência, conscientemente.

Há ainda outros dois aspectos relacionados à indústria: a questão de patentes, e a reforma fiscal. No Brasil, falta agilidade para registrar uma patente. Muitas vezes, o invento fica obsoleto antes mesmo de se obter o registro. A burocracia acaba minando o trabalho das pessoas mais criativas do país. É preciso repensar a forma de registrar as patentes no Brasil para evitar as perdas decorrentes das dificuldades dos registros, em função de uma política inconsequente.

REFORMA FISCAL

No Brasil, temos uma carga tributária semelhante a dos países desenvolvidos – aproximadamente 34% do Produto Interno Bruto (PIB) e, no entanto, os ser-

viços públicos são de terceira ou de quinta categoria. Esses recursos precisam ser canalizados para atender à população.

Atualmente, paga mais quem ganha menos. Precisamos inverter essa equação: quem ganha mais deve pagar mais, quem ganha menos deve pagar menos. Essa deve ser a essência da reforma fiscal

Há um aspecto federativo na reforma fiscal, fundamental para o Brasil. Hoje, existe uma concentração de recursos arrecadados com impostos e tributos, em Brasília. Porém, estados e municípios ficam com a menor fatia.

Para mudar essa realidade, determinadas atividades deveriam ser realizadas pelos municípios e estados. À União seria reservada a tarefa estratégica de pensar o desenvolvimento do país, as grandes linhas econômicas, sociais, educacionais, e de saúde dos estados e municípios, mas com execução descentralizada. A medida poderia desburocratizar a administração e facilitar o planejamento.

Afinal, sem planejamento de médio e longo prazos, é impossível cumprir metas sociais e de desenvolvimento. Cidadãos, grandes e pequenos investidores ficam impossibilitados de enxergar um futuro para o Brasil, ao contrário do que aconteceu com outros países que conseguiram se desenvolver, tanto econômica como socialmente.

POLÍTICAS SOCIAIS

Ainda na modernização programática do PSB, é preciso tratar das políticas sociais. O primeiro passo é saber que existem as políticas sociais de estado – mais relevantes –, e as políticas de assistência. São coisas distintas.

As políticas sociais de estado permitem, principalmente à juventude, ter uma formação e uma profissão. Logo, a educação de qualidade se configura como uma das principais políticas desta espécie.

Se o estado oferece aos seus cidadãos, indistintamente, o acesso a uma política de educação de qualidade e de profissionalização, conforme a exigência do mercado, e, além disso, uma formação voltada não apenas para o trabalho, mas também para a vida, teremos uma educação que contribui de forma decisiva para o desenvolvimento humano de cada cidadão brasileiro.

Outra política pública importante é relativa à área da saúde. Temos uma concepção muito boa, que é o Sistema Único de Saúde (SUS), uma conquista das forças progressistas na Constituinte.

No entanto, ao longo dos anos, os governos não conseguiram dar efetividade à execução dessa política de saúde. Apesar das deficiências desse sistema, é preciso defender o SUS e torná-lo eficaz, para que os cidadãos apoiem o projeto e se sintam atendidos plenamente numa área essencial à vida, que é a saúde de cada um.

Outra política social relevante é o seguro desemprego, que permite ao cidadão contar com alguma renda quando estiver desempregado, além de garantir a seguridade social: saúde, assistência e previdência.

A Previdência Social sempre foi uma grande distribuidora de renda, criada ainda pelo ex-presidente Getúlio Vargas, e depois aperfeiçoada e unificada no regime militar, responsável pela criação do INSS, que atualmente está ameaçado com a reforma da Previdência proposta pelo governo

DIREITOS HUMANOS

Só podemos considerar uma democracia quando há respeito aos direitos humanos, aos direitos civis, aos direitos sociais. Vivemos, no entanto, um ataque permanente aos direitos humanos.

O tema tem sido tratado como algo prejudicial à população, quando deveria ser reconhecido como algo essencial à vida das pessoas, garantia da diversidade inerente às sociedades humanas. Temos que resistir ao preconceito e puni-lo, seja ele de cor, raça ou sexo.

Esses são valores civilizatórios dos quais o PSB não pode abrir mão. O partido deve ser um defensor intransigente dos direitos humanos, que abarca os direitos sociais, aos quais estão intimamente ligados.

Falta respeito aos direitos humanos quando uma criança não tem escola, ou uma cidadã não tem assistência médica e imediata. Não se pode dizer que há respeito aos direitos humanos quando se pratica ou se faz concessão ao desrespeito, ao preconceito de qualquer natureza.

Isso é absolutamente essencial e nós não poderemos jamais abrir mão dessa condição de defensores intransigentes dos direitos humanos que frequentemente ainda são ameaçados e desrespeitados na sociedade brasileira.

POLÍTICAS ASSISTENCIAIS

Paralelamente à execução de políticas sociais de estado existem as políticas assistencialistas. Lamentavelmente, no Brasil, elas ainda são necessárias. O que significa isso? É uma proteção à extrema pobreza. Logo, por natureza, elas devem ser políticas provisórias, que promovam o desenvolvimento humano e qualificação dos cidadãos para serem retirados da assistência e incluídos nas políticas sociais de Estado.

No caso do Bolsa Família, por exemplo, política que já atravessa três ou quatro governos, é necessário dar continuidade ao programa enquanto a população tiver necessidade. Ou seja, enquanto houver miséria é preciso garantir uma política de assistência, complementar às políticas sociais de estado, para tirar da condição de miséria o grande número de cidadãos e cidadãs que ainda existe no país nessa condição

Elas também têm a sua importância e precisam ser pensadas e executadas com eficiência para pessoas em

condição de rua; pessoas em condições de criminalidade e que necessitam de recuperação, ou para os que são miseráveis, não têm aposentadoria e precisam de um salário mensal.

Essas políticas assistenciais são complementares. Enquanto houver miséria, enquanto houver pobreza absoluta, há de ter também as políticas assistenciais.

A AMAZÔNIA E A QUESTÃO AMBIENTAL

A questão ambiental é de absoluta importância, razão pela qual devemos priorizar as políticas públicas dirigidas a este tema. Destaco que os desafios ambientais dizem respeito também à situação de vida das pessoas, do ser humano.

Onde estão os principais problemas ambientais no Brasil? Nas grandes favelas, nas grandes comunidades, nas periferias das grandes cidades, onde não há água potável, nem esgotamento sanitário, as habitações são inadequadas e não possuem sequer ventilação

Precisamos pensar nas cidades, no transporte urbano, no acesso aos serviços públicos de educação e saúde, de saneamento, para que possamos melhorar o meio ambiente nas cidades onde vivem aproximadamente 85% da população brasileira.

A Amazônia é um patrimônio fenomenal no Brasil. As florestas precisam ser preservadas. Mas é possível

preservá-las e promover o desenvolvimento da região. Nenhum país do mundo tem o potencial econômico extraordinário como o existente na Amazônia, que deve e pode ser desenvolvido.

No PSB, temos feito um esforço persistente de conceber uma iniciativa de planejamento para o bioma amazônico que intitulamos **Programa Ocupação Inteligente da Amazônia**.

É através da economia do conhecimento que podemos ocupar inteligentemente a Amazônia, com a oferta de bolsas de doutorado no exterior para jovens brasileiros estudarem nas melhores universidades do mundo e, posteriormente, voltarem para a região, criarem centros de excelência de pesquisa em biotecnologia, conhecerem a riqueza que está no solo e no subsolo brasileiro

A região poderá ser próspera, criando empregos e produção, vinculando os estudos à área empresarial. Existe algum outro lugar no mundo, melhor que a Amazônia, para se desenvolver uma pujante indústria de fitoterápicos, além de muitos outros produtos concebidos com base em biotecnologia?

Nós temos um tesouro ao nosso dispor e estamos permitindo sua devastação gradativa. Vamos entregar o subsolo a outros países? Não. Os brasileiros são os donos da Amazônia, para preservá-la e desenvolvê-la com inteligência, através da economia do conhecimento.

Dessa forma, ela poderá ser, talvez, a região mais desenvolvida do país, aliando ciência e atividade econômica de alto valor agregado; ciência e empresa. Por outro lado, desenvolvimento não deve implicar o desrespeito às populações tradicionais indígenas do país. É necessário respeitar todos esses aspectos fundamentais em uma sociedade minimamente civilizada.

SEGURANÇA PÚBLICA

O tema da segurança pública é importantíssimo para a sociedade brasileira. Estamos em uma situação quase caótica, com uma violência urbana praticamente incontrolável. A questão das drogas tomou conta do país, sobretudo da juventude. Essa tragédia social nasce de vários fatores, sobretudo, das condições sociais da população.

Quando milhões de crianças e jovens são submetidos a condições de vida extremamente precárias, nas cercanias das grandes cidades e no campo, sem perspectiva de vida, cria-se um laboratório de violência para a sociedade brasileira

Um dos maiores desafios do Brasil é ter uma política de segurança pública que leve em consideração o respeito aos direitos humanos e aos cidadãos, vítimas da violência. A solução não está em uma política de segurança exclusivamente repressora.

No Rio de Janeiro, por exemplo, um estado emblemático nesse tema, as Forças Armadas ocuparam os morros do Rio de Janeiro, mas a violência continua crescente ao longo de décadas.

A repressão é necessária, mas além de uma política de segurança pública, precisamos de uma política de desenvolvimento social nas cidades e no campo. Ao oferecer educação, saúde, cultura e lazer às crianças e aos jovens, temos possibilidade de evitar que a violência se reproduza. Paralelamente, é preciso continuar investindo no desenvolvimento e bem-estar do país, que deve considerar o fator humano e econômico.

O PSB tem experiências positivas em gestões socialistas. Mas o país precisa de uma política nacional de desenvolvimento que possa reunir estados, municípios, a União e a sociedade, em um projeto de combate à violência, e, ao mesmo tempo, de justiça social. Sem isso, estaremos nos enganando.

Os que afirmam que bandido bom é bandido morto estão fazendo uso eleitoral de uma política de segurança pública, sem prover ou propor soluções para o problema

Não se resolve violência com mais violência. É fundamental ter uma política de paz, aliada a uma política social, que possa retirar da pobreza e da miséria milhões de pessoas que estão espalhadas, sobretudo, nas grandes cidades

A política de segurança pública requer a implantação de um conjunto de iniciativas. Tivemos experiências bem sucedidas em Pernambuco, no Espírito Santo, na Paraíba, estados governados pelo PSB. Mas a questão da violência só pode ser resolvida a partir de um esforço dos três entes federativos, numa política unificada nacionalmente e debatida com a sociedade, para compreender as verdadeiras raízes do crime e da violência no país.

O SOCIALISMO DEMOCRÁTICO REQUER UMA UTOPIA

Estamos falando de políticas públicas para tratar questões mais imediatas do país, na direção de um processo civilizatório no qual todos nós socialistas acreditamos.

Nós, socialistas, precisamos pensar em perspectiva, com os pés no chão e a cabeça bem mais longe, vendo mais distante, vendo um sonho. Toda sociedade civilizada começou com uma utopia. E a utopia, lamentavelmente, tem estado ausente da sociedade brasileira

Temos de pensar mais alto, mais além, se quisermos uma sociedade civilizada, com homens e mulheres livres, vivendo uma democracia plena, com direitos sociais reconhecidos.

Nós socialistas, em função de nossos compromissos com a civilização e a democracia, temos que lutar por uma cultura da utopia, a cultura daqueles que sem-

pre querem mais, com uma visão de democracia como um sistema de mudanças sem fim, pois a democracia é sempre incompleta.

Cada vez que você conquista um espaço a mais, uma liberdade a mais, um fim de preconceito a mais, você precisa mais e mais aperfeiçoá-la, e mais e mais sonhar com a sociedade que seja efetivamente humana, fraterna, capaz de dar e oferecer as possibilidades da felicidade ao ser humano.



PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO - PSB
SCLN 304, BLOCO A, SOBRELOJA 01, ENTRADA 63
BRASÍLIA - DF - CEP 70736-510 • FONE: 61 3327-6405

